

Aula 14

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

31 de Julho de 2025

Índice

1) Simulado - Administração Pública - ME	3
2) Simulado - Direitos Políticos - ME	15
3) Simulado - Partidos Políticos - ME	31
4) Simulado - Organização do Estado - ME	46



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	12

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

[Administração Pública](#)

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1) Quanto às regras aplicáveis à Administração Pública previstas na Constituição Federal de 1988, é incorreto asseverar:

- a) A fixação de remuneração dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo deve se realizada mediante lei específica.
- b) O acesso a cargos públicos efetivos não é admitido aos estrangeiros.
- c) A contratação de pessoal por tempo determinado é admitida nos casos previstos em lei.
- d) A criação de autarquia deve ocorrer mediante lei específica.
- e) A precedência da administração fazendária e dos seus servidores fiscais sobre os demais setores administrativos é uma previsão constitucional.

2) Sobre os cargos e servidores públicos, é correto afirmar:

- a) a investidura em cargo público efetivo ou em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.



- b) o prazo de validade do concurso publico sera de ate dois anos, prorrogavel uma vez, por mais dois anos.
- c) não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e) para aquisição da estabilidade, é indispensável a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

3) Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, são aplicáveis

- a) apenas à Administração Pública direta.
- b) apenas às pessoas jurídicas de direito público.
- c) à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, apenas.
- d) à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) à Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo federal, mas não ao estadual.

4) Quanto às regras de aposentadoria e ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição oriunda de três fontes, quais sejam, do respectivo ente público, dos servidores ativos e dos pensionistas.
- b) A Constituição Federal veda a possibilidade de percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência dos servidores públicos.
- c) O regime de previdência complementar dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será instituído por lei de iniciativa do respectivo poder legislativo de cada ente estatal.
- d) A aposentadoria compulsória dos servidores públicos, inclusive dos magistrados e membros do Ministério Público, ocorre aos setenta anos de idade.
- e) A Constituição admite a instituição de regimes diferenciados de aposentadoria para servidores públicos.



5) João é servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, completou as exigências para a aposentadoria voluntária e pretende continuar trabalhando, por isso pretende solicitar o abono de permanência. Preocupado com as implicações da Reforma da Previdência no abono de permanência, João procurou o advogado Matheus e este respondeu corretamente que:

- a) É vedada a concessão de abono de permanência atualmente.
- b) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o valor do benefício máximo estabelecido para o regime geral de previdência social.
- c) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o dobro do valor do benefício máximo estabelecido para o regime geral de previdência social.
- d) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o valor da contribuição previdenciária do servidor.
- e) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o dobro do valor da contribuição previdenciária do servidor.



GABARITO

1. B	2. E	3. D	4. E	5. D
------	------	------	------	------

QUESTÕES COMENTADAS

1) Quanto às regras aplicáveis à Administração Pública previstas na Constituição Federal de 1988, é incorreto asseverar:

- a) A fixação de remuneração dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo deve se realizada mediante lei específica.
- b) O acesso a cargos públicos efetivos não é admitido aos estrangeiros.
- c) A contratação de pessoal por tempo determinado é admitida nos casos previstos em lei.
- d) A criação de autarquia deve ocorrer mediante lei específica.
- e) A precedência da administração fazendária e dos seus servidores fiscais sobre os demais setores administrativos é uma previsão constitucional.

Comentários

Letra A - correta. De fato, de acordo com o art. 37, inciso X, da CF/88, a concessão de reajustes para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo depende de previsão em lei específica, não se admitindo a fixação de remuneração ou subsídio por negociação coletiva.

Art. 37, X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Letra B - incorreta. Conforme o art. 37, inciso I, da CF/88, o acesso a cargos públicos efetivos, bem como a empregos e funções públicas são acessíveis não só a brasileiros, como aos estrangeiros, na forma da lei.

Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

Letra C - correta. De fato, a CF/88, no art. 37, inciso IX, autoriza o estabelecimento, por lei, de hipóteses de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Uma dessas hipóteses é a contratação temporária de agentes para realização do censo.

Art. 37, IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;



Letra D - correta. Realmente, conforme o art. 37, inciso XIX, da CF/88, a criação de autarquia e feita por lei específica.

Art. 37, XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Letra E - correta. A CF/88, no art. 37, inciso XVIII, preconiza que a administração fazendária e os seus servidores fiscais terão precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, na forma da lei.

Art. 37, XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

Gabarito: Letra B

2) Sobre os cargos e servidores públicos, é correto afirmar:

- a) a investidura em cargo público efetivo ou em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por mais dois anos.
- c) não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e) para aquisição da estabilidade, é indispensável a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Comentários

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 37, inciso II, da CF/88, o ingresso em cargo em comissão não exige a prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

*Art. 37, II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;*

Letra B - incorreta. De acordo com o art. 37, inciso III, da CF/88, a renovação do prazo de validade do concurso público será pelo mesmo prazo previsto inicialmente, isto é, não será, necessariamente, de 2 anos.

Art. 37, III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;



Letra C - incorreta. A CF/88, em seu art. 37, inciso VI, garante ao servidor público civil o direito a livre associação sindical.

Art. 37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

Letra D - incorreta. Conforme o art. 41, §1º, da CF/88, além de sentença judicial transitada em julgado, o servidor estável pode perder o cargo mediante processo administrativo em que seja observado o direito à ampla defesa e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, também assegurada a ampla defesa.

Art. 41, § 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Letra E - correta. Conforme o art. 41, § 4º, da CF/88, a aquisição de estabilidade no serviço público realmente exige a realização de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 41, § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Gabarito: Letra E

3) Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, são aplicáveis

- a) apenas à Administração Pública direta.
- b) apenas às pessoas jurídicas de direito público.
- c) à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, apenas.
- d) à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) à Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo federal, mas não ao estadual.

Comentários

Vejamos o teor do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988:



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Logo, os princípios expressos no art. 37, *caput*, da CF/1988, o famoso **LIMPE (LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA)**, são aplicáveis a todas as entidades estatais, sejam elas pessoas jurídicas de direito público ou privado, integrantes da Administração Pública direta ou indireta, não importando o Poder ao qual o ente público está vinculado (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou a qual esfera (federal, estadual, distrital ou municipal).

Registramos que esses princípios são aplicáveis, também, ao Ministério Público, que não integra nenhum dos Poderes da República.

Gabarito: Letra D

4) Quanto às regras de aposentadoria e ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição oriunda de três fontes, quais sejam, do respectivo ente público, dos servidores ativos e dos pensionistas.
- b) A Constituição Federal veda a possibilidade de percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência dos servidores públicos.
- c) O regime de previdência complementar dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será instituído por lei de iniciativa do respectivo poder legislativo de cada ente estatal.
- d) A aposentadoria compulsória dos servidores públicos, inclusive dos magistrados e membros do Ministério Público, ocorre aos setenta anos de idade.
- e) A Constituição admite a instituição de regimes diferenciados de aposentadoria para servidores públicos.

Comentários

Letra A - incorreta. O regime de previdência dos servidores públicos é financiado mediante a contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, dos pensionistas e, também, dos servidores inativos.

Letra B - incorreta. Em regra, é vedada a acumulação de aposentadorias por servidores públicos. Contudo, a própria Constituição Federal admite a possibilidade de acumulação de aposentadorias, nos casos em que for possível a acumulação dos respectivos cargos públicos, conforme o § 6º do art. 40:

Art. 40, § 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.



Letra C - incorreta. De acordo com o art. 40, §§ 14 e 15, da CF/88, e do respectivo Poder Executivo, e não do Poder Legislativo, a iniciativa para instituição, mediante lei, do regime de previdência complementar dos servidores públicos.

Art. 40, § 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.

Letra D - incorreta. A Emenda Constitucional nº 88/2015 (conhecida como "PEC da bengala") alterou a redação do art. 40, § 1º, inciso II, da CF/88, possibilitando que Lei Complementar aumente para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória.

Além disso, a aludida Emenda Constitucional aumentou para 75 anos, a idade para aposentadoria compulsória dos Ministros do STF, dos Tribunais Superiores (TST, TSE, STJ e STM) e do Tribunal de Contas da União, conforme o art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vejamos a redação dos dispositivos supramencionados:

CF/88 - Art. 40, § 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

ADCT - Art. 100. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal.

Letra E - correta. De fato, a regra da vedação aos regimes diferenciados não é absoluta, comportando exceções. Vejamos:

*Art. 40, § 4º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, **ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º.***

§ 4º-A. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.



§ 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144.

§ 4º-C. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

Gabarito: Letra E

5) João é servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, completou as exigências para a aposentadoria voluntária e pretende continuar trabalhando, por isso pretende solicitar o abono de permanência. Preocupado com as implicações da Reforma da Previdência no abono de permanência, João procurou o advogado Matheus e este respondeu corretamente que:

- a) É vedada a concessão de abono de permanência atualmente.
- b) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o valor do benefício máximo estabelecido para o regime geral de previdência social.
- c) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o dobro do valor do benefício máximo estabelecido para o regime geral de previdência social.
- d) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o valor da contribuição previdenciária do servidor.
- e) O abono de permanência poderá ser concedido à João, mas terá como teto o dobro do valor da contribuição previdenciária do servidor.

Comentários

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 40, § 19, da CF/88, a Reforma da Previdência não extinguiu o abono de permanência. O que ocorreu foi apenas uma mudança nas regras, conforme transcrição do § 19:

Art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

Letra B - incorreta. João faz jus ao abono de permanência, todavia, o teto estipulado pela assertiva está incorreto, em desacordo com o art. 40, § 19, da CF/88. Não há qualquer menção ao benefício do RGPS nas disposições da Constituição Federal sobre o abono de permanência.



*Art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, **ao valor da sua contribuição previdenciária**, até completar a idade para aposentadoria compulsória.*

Letra C - incorreta. João faz jus ao abono de permanência. Todavia, o teto estipulado pela assertiva está incorreto. Não há qualquer menção ao benefício do RGPS ou seu dobro nas disposições da Constituição Federal sobre o abono de permanência (CF, art. 40, § 19).

*Art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, **ao valor da sua contribuição previdenciária**, até completar a idade para aposentadoria compulsória.*

Letra D - correta. De acordo com o art. 40, § 19, da CF/88, João fará jus ao abono de permanência e deverá ser observado como teto o valor da sua contribuição previdência, sendo esta o único limite sobre o valor mencionado nas disposições da Constituição federal sobre o tema.

*Art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, **ao valor da sua contribuição previdenciária**, até completar a idade para aposentadoria compulsória.*

Letra E - incorreta. De acordo com o art. 40, § 19, da CF/88, o teto do abono de permanência é o valor da contribuição previdenciária de João, e não o dobro desta.

*Art. 40, § 19. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, **ao valor da sua contribuição previdenciária**, até completar a idade para aposentadoria compulsória.*

Gabarito: Letra D.

...

Forte abraço!



Túlio Lages



Face: www.facebook.com/proftuliolages

Insta: www.instagram.com/proftuliolages

YouTube: youtube.com/proftuliolages



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	16

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Direitos Políticos

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1) Considere os itens a seguir:

I – Lei complementar estabelecerá casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa.

II – O prazo para impugnação do mandato eletivo é de quinze dias contados da diplomação.

III – Segundo o princípio da anterioridade eleitoral, a lei eleitoral possui vigência imediata na data de sua publicação, embora produza efeitos apenas em momento futuro.

IV – O militar alistável é elegível, sendo que, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

V - De acordo com a CF/88, ocorrerá a perda ou suspensão dos direitos políticos no caso de recusa a cumprir obrigação a todos imposta e, cumulativamente, a prestação alternativa, fixada em lei.

Estão corretos somente os itens:

a) I, II e III

b) I, II, III e IV



c) I, III, IV e V.

d) II, III, IV e V.

e) Todos os itens estão corretos.

2) João é bacharel em Direito e está revisando os tópicos sobre direitos políticos à luz da Constituição Federal e da jurisprudência relacionada. Após resolver alguns exercícios, João decidiu criar 5 assertivas e foi informado por seu colega Pedro que uma delas estava incorreta. Sendo assim, analise as assertivas criadas por João e assinale a apontada por Pedro:

a) A capacidade eleitoral ativa é adquirida por inscrição junto à Justiça Eleitoral e é a responsável por conceder ao indivíduo a aptidão para exercício do direito à voto nas eleições, plebiscitos e referendos.

b) O alistamento eleitoral não concede ao indivíduo a capacidade para exercício de todos os seus direitos políticos.

c) A capacidade eleitoral passiva somente será possível se um cidadão cumprir cumulativamente todas as suas condições de elegibilidade, e ainda não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade.

d) Ainda que os portugueses recebam tratamento equiparado ao brasileiro naturalizado, estes não perdem a sua condição como estrangeiros e, portanto, não poderão se alistar como eleitores.

e) Os direitos políticos positivos são aqueles relacionados à participação ativa dos cidadãos na vida política, enquanto os direitos políticos negativos figuram como normas limitadoras do exercício da cidadania.

3) A Constituição Federal, em seu artigo 14, prevê os casos em que o voto será obrigatório ou facultativo. Ao lecionar sobre o tema, o professor Danilo exemplificou um grupo de 5 pessoas com as seguintes características:

I- Leonardo é italiano, analfabeto e possui trinta anos.

II- Lucas é paulista, alfabetizado e possui dezessete anos.

III- Pedro é brasileiro naturalizado, alfabetizado e possui sessenta anos.

IV- Cássio é nordestino, alfabetizado e possui setenta e dois anos.

V- André é gaúcho, analfabeto e possui vinte quatro anos.

Analisando os exemplos citados pelo professor, assinale a alternativa que contém apenas casos em que o voto será facultativo.

a) Leonardo, Lucas, Cássio e André.



- b) Leonardo, Pedro e Cassio.
- c) Lucas, Cássio e André.
- d) Lucas, Pedro e André.
- e) Leonardo e Pedro.

4) Acerca das condições necessárias ao exercício da elegibilidade e dos direitos políticos previstos na CF/88, assinale a alternativa correta:

- a) No âmbito dos direitos políticos, a equiparação dos portugueses aos brasileiros naturalizados limita-se à concessão da capacidade eleitoral ativa, sendo vedado o exercício da capacidade eleitoral passiva.
- b) No Brasil não se admite, como regra, a candidatura desvinculada de partido político.
- c) Cabe a uma lei complementar a previsão das hipóteses de cassação de direitos políticos.
- d) No plebiscito, a consulta à população é feita após a edição do ato legislativo.
- e) Um candidato poderá concorrer às eleições no Estado de seu domicílio civil, ainda que seu título de eleitor seja de outro Estado.

5) Acássio foi eleito para vereador em Atibaia e o advogado Pedro decidiu promover ação para impugnar o mandato eletivo de Acássio, juntando provas de abuso de poder econômico cometido por este. Acerca da ação de impugnação de mandato eletivo, assinale a alternativa em conformidade com a Constituição Federal:

- a) O prazo que Pedro terá para promover a ação de impugnação do mandato eletivo será de 10 dias após a posse de Acássio.
- b) Pedro deverá apresentar a ação de impugnação de mandato eletivo na Justiça Comum Estadual, uma vez que Acássio é vereador e não há Poder Judiciário na esfera municipal.
- c) A ação de impugnação de mandato proposta contra Acássio deverá tramitar publicamente, por se tratar de assunto relacionado ao exercício da cidadania e interesse da coletividade.
- d) No caso em questão não caberá ação de impugnação de mandato eletivo.
- e) Se Acássio conseguir comprovar que Pedro agiu com manifesta má-fé ao propor a ação de impugnação, caberá ao autor responsabilização por seus atos contra a imagem de Acássio.



GABARITO

1. E	2. D	3. C	4. B	5. E
------	------	------	------	------

QUESTÕES COMENTADAS

1) Considere os itens a seguir:

I – Lei complementar estabelecerá casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa.

II – O prazo para impugnação do mandato eletivo é de quinze dias contados da diplomação.

III – Segundo o princípio da anterioridade eleitoral, a lei eleitoral possui vigência imediata na data de sua publicação, embora produza efeitos apenas em momento futuro.

IV – O militar alistável é elegível, sendo que, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

V - De acordo com a CF/88, ocorrerá a perda ou suspensão dos direitos políticos no caso de recusa a cumprir obrigação a todos imposta e, cumulativamente, a prestação alternativa, fixada em lei.

Estão corretos somente os itens:

- a) I, II e III
- b) I, II, III e IV
- c) I, III, IV e V.
- d) II, III, IV e V.
- e) Todos os itens estão corretos.

Comentários

Letra A - correta. Conforme o art. 14, § 9º, da CF/88, outros casos de inelegibilidade poderão ser estabelecidos por lei complementar:

Art. 14, § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a



influencia do poder economico ou o abuso do exercicio de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Letra B - correta. Conforme o art. 14, §§ 10 e 11, da CF/88:

Art. 14, § 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Letra C - correta. A assertiva apresenta corretamente o conceito do princípio da anterioridade eleitoral, que está previsto no art. 16 da CF/88, transcrito abaixo. A vigência é imediata, mas a produção de efeitos ocorrerá em momento futuro, pois ela só será aplicável à eleição que ocorra após um ano da data de vigência da lei.

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Letra D - correta. Conforme o art. 14, § 8º, da CF/88:

Art. 14, § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Letra E - correta. Conforme o art. 5º, VIII e o art. 15, caput e inciso IV, ambos da CF/88:

Art. 5º, VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

(...)

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

(...)

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

Gabarito: Letra E.



2) João é bacharel em Direito e está revisando os tópicos sobre direitos políticos à luz da Constituição Federal e da jurisprudência relacionada. Após resolver alguns exercícios, João decidiu criar 5 assertivas e foi informado por seu colega Pedro que uma delas estava incorreta. Sendo assim, analise as assertivas criadas por João e assinale a apontada por Pedro:

- a) A capacidade eleitoral ativa é adquirida por inscrição junto à Justiça Eleitoral e é a responsável por conceder ao indivíduo a aptidão para exercício do direito à voto nas eleições, plebiscitos e referendos.
- b) O alistamento eleitoral não concede ao indivíduo a capacidade para exercício de todos os seus direitos políticos.
- c) A capacidade eleitoral passiva somente será possível se um cidadão cumprir cumulativamente todas as suas condições de elegibilidade, e ainda não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade.
- d) Ainda que os portugueses recebam tratamento equiparado ao brasileiro naturalizado, estes não perdem a sua condição como estrangeiros e, portanto, não poderão se alistar como eleitores.
- e) Os direitos políticos positivos são aqueles relacionados à participação ativa dos cidadãos na vida política, enquanto os direitos políticos negativos figuram como normas limitadoras do exercício da cidadania.

Comentários

Letra A - correta. A capacidade eleitoral ativa é aquela prevista no artigo 14, § 1º, da CF/88, que trata do alistamento eleitoral e da aptidão do cidadão ao exercício do direito ao voto.

Art. 14, § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I- obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II- facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Para adquirir essa capacidade, é realmente necessário que o indivíduo realize seu alistamento eleitoral junto à Justiça Eleitoral. Conforme a doutrina, tal registro é responsável por conceder ao nacional a qualidade de cidadão, tornando-o apto ao voto, nos casos citados pela assertiva, e ao exercício de demais direitos como o de ser autor de ação popular ou participar em iniciativa popular de leis.

Letra B - correta. O exercício dos direitos políticos pode ser realizado ao adquirirmos a capacidade eleitoral ativa. De fato, conforme dispõe a assertiva, isso não significa que poderemos exercer todos eles com o mero alistamento.



Ao realizar o alistamento eleitoral, o indivíduo se qualifica como cidadão e garante seu direito de votar, mas não o de ser votado, uma vez que o alistamento é apenas uma das condições exigidas pelo texto constitucional ao versar sobre a elegibilidade.

Para usufruir de todos os direitos políticos, é necessário que um cidadão possua a capacidade eleitoral ativa e a capacidade eleitoral passiva, sendo que esta última demanda adequação ao disposto no art. 14, §§ 3º a 8º, da CF/88.

Letra C - correta. A capacidade eleitoral passiva traduz-se como o direito de ser votado, de ser eleito.

Tal qual afirmado pela assertiva, faz-se necessário o cumprimento cumulativo de todas as condições de elegibilidade, conforme o art. 14, § 3º, da CF/88, bem como o não enquadramento em uma das causas de inelegibilidade, de acordo com o art. 14, §§ 4º ao 8º, ambos da CF/88.

É importante o conhecimento da literalidade destes parágrafos, veja:

Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.



§ 1º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Letra D - incorreta. Esta é uma assertiva traiçoeira que merece a sua atenção, pois dela podem ser retirados três pontos conceituais importantes. Veja:

Os portugueses que recebem equiparação aos nacionais realmente são iguais aos brasileiros naturalizados.

Os portugueses equiparados realmente não perdem a sua condição como estrangeiros.

Os portugueses equiparados **poderão se alistar** como eleitores, vez que possuem os mesmos direitos dos brasileiros naturalizados.

Perceba que a assertiva faz algumas afirmações verdadeiras sobre os portugueses equiparados, mas erra no final ao considerar que estes não poderão se alistar e exercer o direito ao voto, razão pela qual a assertiva está incorreta e é o gabarito da questão.

Os únicos direitos que portugueses amparados pelo Estatuto da Igualdade não possuem são aqueles privativos de brasileiro **nato**, consubstanciados no exercício dos cargos de que trata o § 3º do art. 12 da Constituição.

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Portanto, o português equiparado não pode se candidatar a Presidente da República, por exemplo.



Letra E - correta. A doutrina classifica os direitos políticos em positivos e negativos, tendo a assertiva relacionado corretamente o conceito de cada um deles.

Direitos políticos positivos: participação ativa dos cidadãos na vida política.

Direitos políticos negativos: normas limitadoras do exercício da cidadania.
(Inelegibilidades, perda e suspensão dos direitos políticos)

Gabarito: Letra D.

3) A Constituição Federal, em seu artigo 14, prevê os casos em que o voto será obrigatório ou facultativo. Ao lecionar sobre o tema, o professor Danilo exemplificou um grupo de 5 pessoas com as seguintes características:

I- Leonardo é italiano, analfabeto e possui trinta anos.

II- Lucas é paulista, alfabetizado e possui dezessete anos.

III- Pedro é brasileiro naturalizado, alfabetizado e possui sessenta anos.

IV- Cássio é nordestino, alfabetizado e possui setenta e dois anos.

V- André é gaúcho, analfabeto e possui vinte quatro anos.

Analisando os exemplos citados pelo professor, assinale a alternativa que contém apenas casos em que o voto será facultativo.

a) Leonardo, Lucas, Cássio e André.

b) Leonardo, Pedro e Cássio.

c) Lucas, Cássio e André.

d) Lucas, Pedro e André.

e) Leonardo e Pedro.

Comentários

O art. 14, §§ 1º e 2º, da CF/88 dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto e elenca as pessoas para as quais ele será obrigatório, facultativo ou vedado:

Analisando a questão, temos que:

Leonardo é estrangeiro, portanto, não será facultativo, e sim vedado.



Art. 14, § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Lucas é brasileiro, mas possui dezessete anos, razão pela qual se enquadra na facultatividade do alistamento e do voto.

Art. 14, §1º O alistamento eleitoral e o voto são:

(...)

II - facultativos para:

(...)

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Pedro é brasileiro naturalizado, alfabetizado e possui sessenta anos, o que o enquadra no voto obrigatório, uma vez que a facultatividade se aplica aos maiores de **setenta** anos.

Art. 14, §1º O alistamento eleitoral e o voto são:

(...)

II - facultativos para:

(...)

b) os maiores de setenta anos;

(...)

Cássio é brasileiro e, embora seja alfabetizado, possui setenta e dois anos, o que o enquadra na facultatividade do alistamento e do voto.

Art. 14, §1º O alistamento eleitoral e o voto são:

(...)

II - facultativos para:

(...)

b) os maiores de setenta anos;

(...)

André é brasileiro, maior de dezoito, mas é analfabeto, o que o enquadra na facultatividade do alistamento e do voto.



Art. 14, §1º O alistamento eleitoral e o voto são:

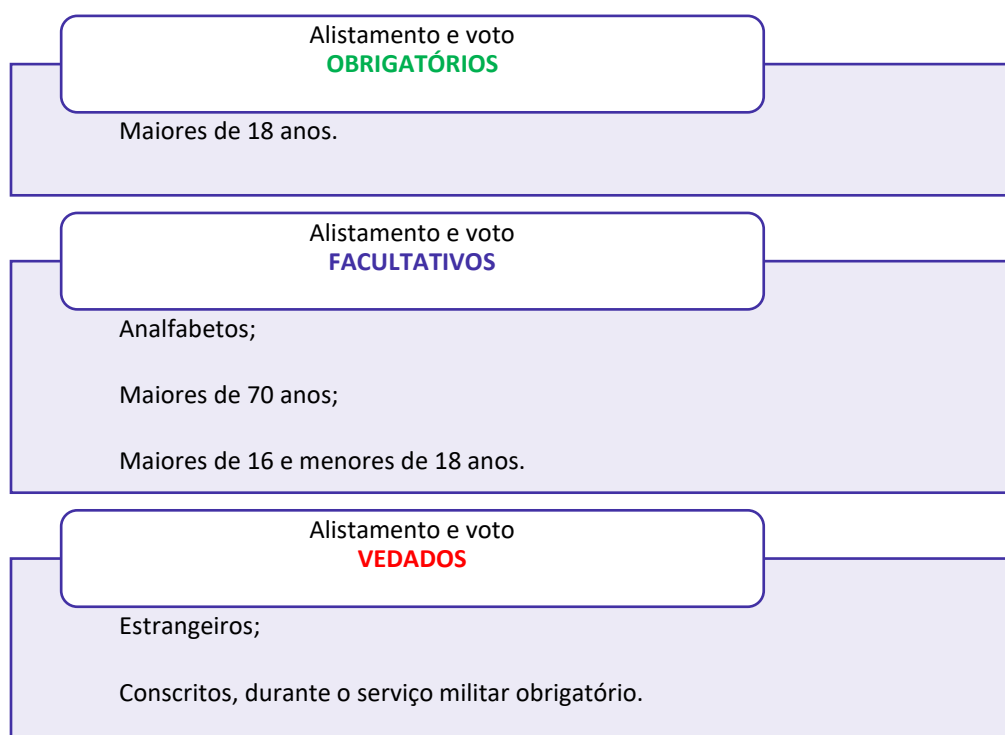
(...)

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

(...)

Dito isso, o alistamento e o voto são facultativos apenas para Lucas, Cássio e André.



Gabarito: Letra C.

4) Acerca das condições necessárias ao exercício da elegibilidade e dos direitos políticos previstos na CF/88, assinale a alternativa correta:

- a) No âmbito dos direitos políticos, a equiparação dos portugueses aos brasileiros naturalizados limita-se à concessão da capacidade eleitoral ativa, sendo vedado o exercício da capacidade eleitoral passiva.
- b) No Brasil não se admite, como regra, a candidatura desvinculada de partido político.
- c) Cabe a uma lei complementar a previsão das hipóteses de cassação de direitos políticos.
- d) No plebiscito, a consulta à população é feita após a edição do ato legislativo.



e) Um candidato podera concorrer as eleições no Estado de seu domicilio civil, ainda que seu titulo de eleitor seja de outro Estado.

Comentários

Letra A - incorreta. O art. 14, § 3º, inciso I, da CF/88 dispõe que uma das condições de elegibilidade é a nacionalidade brasileira; assim, entende-se que os estrangeiros não poderão ser eleitos, e tal interpretação se compatibiliza com a vedação ao alistamento eleitoral destes (art. 14, § 2º).

Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

Vale lembrar que essa é a regra geral e os portugueses equiparados figuram como exceção, sendo exatamente este ponto abordado pela assertiva. Sobre esses portugueses, você precisa lembrar que:

Os portugueses que recebem equiparação aos nacionais realmente são iguais aos brasileiros naturalizados.

Os portugueses equiparados realmente não perdem a sua condição como estrangeiros.

Os portugueses equiparados **poderão se alistar** como eleitores, vez que possuem os mesmos direitos dos brasileiros naturalizados.

Uma vez que os portugueses equiparados possuem capacidade eleitoral ativa e o art. 12 da CF/88 concede a eles todos os direitos dos brasileiros (naturalizados), não há que se falar em limitação à capacidade eleitoral passiva ou qualquer distinção do tipo, salvo em relação aos cargos privativos de brasileiros natos, conforme o art. 12, § 3º, da CF/88:



Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Letra B - correta. A candidatura desvinculada de partido político/candidatura avulsa está relacionada com a possibilidade de se concorrer ao pleito sem filiação partidária. Atualmente, esta modalidade de candidatura realmente não é possível, como regra, no ordenamento jurídico brasileiro, estando correta a assertiva.

De toda forma, contudo, existe uma exceção expressamente reconhecida em nosso ordenamento, que é a do militar com mais de dez anos de serviço, para o qual a candidatura é possível, mas a filiação partidária é vedada:

Art. 14, § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

*II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, **passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.***

*Art. 142, § 3º, V – o militar, **enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.***

Letra C - incorreta. A cassação de direitos políticos é absolutamente vedada (art. 15, *caput*, da CF/88).

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de (...)

Letra D - incorreta. No plebiscito: a consulta é feita antes da edição do ato legislativo ou administrativo. Já no referendo: a consulta ocorre depois da edição do ato legislativo ou administrativo, incumbindo ao povo ratificar (confirmar) ou rejeitar o ato.

Letra E - incorreta. O art. 14, § 3º, inciso IV, da CF/88 impõe como condição de elegibilidade a necessidade de o candidato ter domicílio eleitoral na circunscrição em que deseja concorrer às eleições.

Assim, diferentemente do apresentado pela assertiva, o candidato não poderá concorrer às eleições do Estado de seu domicílio civil enquanto não alterar seu domicílio eleitoral para o citado Estado.



Gabarito: Letra B.

5) Acássio foi eleito para vereador em Atibaia e o advogado Pedro decidiu promover ação para impugnar o mandato eletivo de Acássio, juntando provas de abuso de poder econômico cometido por este. Acerca da ação de impugnação de mandato eletivo, assinale a alternativa em conformidade com a Constituição Federal:

- a) O prazo que Pedro terá para promover a ação de impugnação do mandato eletivo será de 10 dias após a posse de Acássio.
- b) Pedro deverá apresentar a ação de impugnação de mandato eletivo na Justiça Comum Estadual, uma vez que Acássio é vereador e não há Poder Judiciário na esfera municipal.
- c) A ação de impugnação de mandato proposta contra Acássio deverá tramitar publicamente, por se tratar de assunto relacionado ao exercício da cidadania e interesse da coletividade.
- d) No caso em questão não caberá ação de impugnação de mandato eletivo.
- e) Se Acássio conseguir comprovar que Pedro agiu com manifesta má-fé ao propor a ação de impugnação, caberá ao autor responsabilização por seus atos contra a imagem de Acássio.

Comentários

Letra A - incorreta. Conforme o art. 14, § 10, da CF/88, a ação de impugnação de mandato eletivo será proposta perante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da diplomação, e não 10 dias contados da posse como afirma a assertiva.

Art. 14, §10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude

Perceba que temos aqui um erro quanto ao prazo e outro quanto ao momento de início da contagem. Fique atento a esses dois elementos, pois são altamente concursáveis.

Letra B - incorreta. A esfera municipal realmente não conta com Poder Judiciário e geralmente suas demandas são direcionadas à Justiça Comum Estadual. No entanto, a assertiva está incorreta, pois não indica a Justiça Eleitoral como a responsável pela ação de impugnação de mandato eletivo, uma vez que o art. 14, § 10, da CF/88 concede expressamente a ela esta competência.

Art. 14, §10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude

Letra C - incorreta. O texto constitucional é claro ao afirmar que a ação de impugnação de mandato eletivo tramitará em segredo de justiça. Portanto, o erro da assertiva está em afirmar que ela será pública, em desacordo com o art. 14, § 11, da CF/88. Veja a literalidade do texto constitucional:



Art. 14, § 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Letra D - incorreta. A ação de impugnação de mandato eletivo será cabível contra Acássio, uma vez que o abuso de poder econômico é uma das causas para a mencionada ação:

Art. 14, §10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Letra E - correta. Caso Acássio consiga comprovar sua inocência na ação, poderá, sim, haver uma responsabilização de Pedro em virtude de eventual má-fé na propositura.

O art. 14, § 11, da CF/88 prevê a possibilidade de o autor da ação de impugnação de mandato eletivo responder em virtude de manifesta má-fé ou de acusação temerária, o que torna a assertiva correta.

Art. 14, § 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Gabarito: Letra E.

...

Forte abraço!

Túlio Lages



Face: www.facebook.com/proftuliolages

Insta: www.instagram.com/proftuliolages

YouTube: youtube.com/proftuliolages



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



SIMULADO

Simulado.....	1
Introdução	1
Questões Inéditas.....	1
Gabarito.....	4
Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	15

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Partidos Políticos.

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1) De acordo com a CF/88, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, observados os seguintes preceitos, exceto:

- a) caráter nacional.
- b) garantia do progresso nacional.
- c) proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- d) prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- e) funcionamento parlamentar de acordo com a lei.



2) De acordo com a CF/88, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados os seguintes valores, exceto:

- a) Soberania nacional.
- b) Regime democrático.
- c) Pluripartidarismo.
- d) Direitos fundamentais da pessoa humana.
- e) Caráter regional ou local.

3) Considerando a teoria dos partidos políticos, analise as assertivas abaixo e assinale a incorreta:

- a) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Poder Judiciário.
- b) Atualmente é vedada a realização de coligações nas eleições proporcionais, sendo restritas aos casos de eleição majoritária.
- c) Os partidos políticos têm autonomia para definir o regime de suas coligações eleitorais, não sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas nacionais, estaduais e municipais.
- d) A regra de perda do mandato por infidelidade partidária é inaplicável aos cargos eleitos via sistema eleitoral majoritário.
- e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado e possuem autonomia para elaboração de sua estrutura interna e demais regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos, além do estabelecimento de normas quanto à fidelidade partidária.

4) Considerando as disposições sobre Partidos Políticos e as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 97/2017, julgue as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) Os partidos políticos poderão se organizar de forma paramilitar, desde que possuam no mínimo 50% de seus filiados oriundos de carreiras da segurança pública.
- b) Os partidos políticos que não cumprirem a cláusula de barreira serão automaticamente extintos.
- c) A cláusula de desempenho para partidos políticos objetiva que partidos com pouca representação política deixem de ter direito aos recursos do fundo partidário e ao acesso gratuito ao rádio e televisão.



d) O parlamentar eleito via partido que não satisfaça a cláusula de barreira poderá se filiar a outro partido, devendo sua filiação ser considerada para distribuição dos recursos do fundo partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão.

e) Os parlamentares eleitos por partidos políticos que não cumpram a cláusula de barreira estão sujeitos à perda de mandato.

5) Sobre os Partidos Políticos, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Os partidos políticos registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

b) Para a garantia da lei e da ordem admite-se, excepcionalmente, a utilização dos partidos políticos de organização paramilitar.

c) Os partidos políticos devem prestar suas contas ao Tribunal de Contas da União.

d) Desde que tenham suas contas devidamente aprovadas, permite-se aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.

e) A partir das eleições de 2030, o partido político que houver eleito dez Deputados Federais e obtido 2,5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados terá direito a recursos do fundo partidário, na forma da lei.



GABARITO

1. B	2. E	3. A	4. C	5. A
------	------	------	------	------

QUESTÕES COMENTADAS

1) De acordo com a CF/88, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, observados os seguintes preceitos, exceto:

- a) caráter nacional.
- b) garantia do progresso nacional.
- c) proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- d) prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- e) funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Comentários

Letra A – incorreta. Conforme o art. 17, I, da CF/88, o caráter nacional é um preceito que precisa ser observado.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

(...)

Letra B – correta. Conforme o art. 17 da CF/88, *a contrario sensu*, não é um preceito a ser observado pelos partidos políticos a garantia do progresso nacional.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;



II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Letra C – incorreta. Conforme o art. 17, II, da CF, a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes é um preceito que precisa ser observado:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

(...)

Letra D - incorreta. Conforme o art. 17, III, da CF, a prestação de contas à Justiça Eleitoral é um preceito que precisa ser observado.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

(...)

Letra E – incorreta. Conforme o art. 17, IV, da CF, o funcionamento parlamentar de acordo com a lei é um preceito que precisa ser observado.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Gabarito: Letra B.



2) De acordo com a CF/88, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados os seguintes valores, exceto:

- a) Soberania nacional.
- b) Regime democrático.
- c) Pluripartidarismo.
- d) Direitos fundamentais da pessoa humana.
- e) Caráter regional ou local.

Comentários

Letras A a D – incorretas. Conforme o art. 17, *caput*, da CF/88, as quatro alternativas expõem valores a serem resguardados:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

Letra E – correta. O “caráter regional ou local” não é um valor apontado pelo art. 17, *caput*, da CF/88 como um valor a ser resguardado na criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

Na verdade, o “caráter nacional” é um preceito a ser observado (art. 17, I, da CF/88), o que colide com o “caráter regional ou local” apresentado na alternativa.

Gabarito: Letra E.

3) Considerando a teoria dos partidos políticos, analise as assertivas abaixo e assinale a incorreta:

- a) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Poder Judiciário.
- b) Atualmente é vedada a realização de coligações nas eleições proporcionais, sendo restritas aos casos de eleição majoritária.
- c) Os partidos políticos têm autonomia para definir o regime de suas coligações eleitorais, não sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas nacionais, estaduais e municipais.
- d) A regra de perda do mandato por infidelidade partidária é inaplicável aos cargos eleitos via sistema eleitoral majoritário.



e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado e possuem autonomia para elaboração de sua estrutura interna e demais regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos, além do estabelecimento de normas quanto à fidelidade partidária.

Comentários

Letra A - incorreta. Um dos pontos mais cobrados em prova sobre os partidos políticos é justamente o momento em que estes adquirem a personalidade, o que, segundo o art. 17, § 2º, da CF/88, transcrito abaixo, deverá ser regulado pela lei civil.

Art. 17, § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

A lei civil responsável pelo assunto é justamente o Código Civil, que, em seu art. 45, versa sobre a aquisição de personalidade jurídica pelas pessoas jurídicas de direito privado, veja:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Mais especificamente, a Lei 9.096 (Lei dos Partidos Políticos) dispõe que o registro deva ser feito no local da sede e subscrito por no mínimo 101 fundadores (art. 8º, caput).

Deste modo, os partidos políticos adquirem sua personalidade com o registro no cartório competente. Posteriormente, buscarão o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), visando com este segundo ato adquirir capacidade política.

Uma vez que a assertiva afirma que a personalidade jurídica advém do registro no TSE, temos sua incorreção, já que tal ato visa, na verdade, à aquisição da capacidade política e só será realizado após a personalidade jurídica já ter sido adquirida.

Letra B - correta. As coligações eleitorais no sistema proporcional foram vedadas com a alteração promovida pela Emenda Constitucional 97/2017, que passou a admitir apenas as coligações em eleições via sistema majoritário.

*Art. 17, § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, **vedada a sua celebração nas eleições proporcionais**, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.*

Letra C - correta. Os partidos políticos realmente gozam de autonomia para definição do regime de suas coligações eleitorais, não havendo, de fato, qualquer obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas nacionais, estaduais e municipais.



Perceba que a vinculação não foi proibida, trata-se de uma faculdade, conforme o art. 17, § 1º, da CF/88:

*Art. 17, § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, **sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal**, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.*

Letra D - correta. Os eleitos pelo sistema proporcional (ou seja, para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores) que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos **perderão o mandato**, via de regra (art. 17, § 6º da CF/88).

Essa regra geral é excepcionada nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de **justa causa** estabelecidas em lei.

De todo modo, o STF entende que a regra de perda do mandato por infidelidade partidária é inaplicável ao sistema eleitoral majoritário¹.

Letra E - correta. Além da autonomia para definição de coligações eleitorais, normas disciplinares e de filiação partidária, o texto constitucional também concede poderes para os partidos políticos definirem sua estrutura interna e demais regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos, tal como dispõe o artigo 17, § 1º, da CF/88:

*Art. 17, § 1º É assegurada aos partidos políticos **autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias**, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, **sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal**, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.*

Quanto à natureza dos partidos políticos, a assertiva acerta novamente e tal previsão pode ser encontrada no Código Civil, em seu art. 44:

CC. Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

(...)

V - os partidos políticos.

Gabarito: Letra A.

¹ ADI 5.081, rel. min. Roberto Barroso, j. 27-5-2015, P, DJE de 19-8-2015.



4) Considerando as disposições sobre Partidos Políticos e as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 97/2017, julgue as assertivas abaixo e assinale a correta.

- a) Os partidos políticos poderão se organizar de forma paramilitar, desde que possuam no mínimo 50% de seus filiados oriundos de carreiras da segurança pública.
- b) Os partidos políticos que não cumprirem a cláusula de barreira serão automaticamente extintos.
- c) A cláusula de desempenho para partidos políticos objetiva que partidos com pouca representação política deixem de ter direito aos recursos do fundo partidário e ao acesso gratuito ao rádio e televisão.
- d) O parlamentar eleito via partido que não satisfaça a cláusula de barreira poderá se filiar a outro partido, devendo sua filiação ser considerada para distribuição dos recursos do fundo partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- e) Os parlamentares eleitos por partidos políticos que não cumpram a cláusula de barreira estão sujeitos à perda de mandato.

Comentários

Letra A - incorreta. Nos termos do art. 17, §4º, da CF/88, fica vedada a utilização de organização paramilitar em partidos políticos, regra esta que não comporta qualquer exceção.

Dessa forma, não há que se falar em composição especial ou qualquer coisa do gênero porque o texto constitucional é claro ao dizer:

Art. 17, § 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Letra B - incorreta. A cláusula de barreira ou cláusula de desempenho foi criada para tentar solucionar a crise de representatividade brasileira, utilizando-se de critérios para restringir o acesso ao fundo partidário e o acesso gratuito à televisão e ao rádio.

Perceba que o texto constitucional não fala nada sobre extinção de partidos: a única consequência gerada pelo não atendimento da cláusula será a impossibilidade de acesso a esses recursos, o que acarretará apenas uma redução dos recursos disponíveis ao partido.

Veja a literalidade:

Art. 17, § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou



II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Letra C - correta. A cláusula de desempenho ou cláusula de barreira para partidos políticos foi criada para tentar solucionar a crise de representatividade brasileira, utilizando-se de critérios para restringir o acesso ao fundo partidário e ao acesso gratuito à televisão e ao rádio.

A cláusula de barreira é a principal inovação da EC 97/2017, contudo seus critérios serão aplicados gradualmente em um período de transição que irá até 2030, quanto as condições passarão a ser integralmente aplicadas.

Os critérios para satisfação da cláusula de barreira exigem, no mínimo, um dos requisitos abaixo:

Eleger no mínimo 15 Deputados Federais, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação;
ou

Obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação e com mínimo de 2% dos votos em cada uma delas.

Para finalizar, veja a literalidade do art. 17, § 3º, da CF:

Art. 17, § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

▪ *I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou*

II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Letra D - incorreta. A assertiva afirma exatamente o oposto do previsto no texto constitucional, segundo a redação do art. 17, § 5º, da CF/88. Conforme esse parágrafo, o parlamentar eleito por um partido que não satisfaça a cláusula de barreira realmente poderá se filiar a outro partido. Porém, esta filiação **não poderá** ser considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário ou do acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Veja a literalidade:

*Art. 17, § 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, **não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.***

Letra E - incorreta. Como **regra** a desfiliação e a infidelidade partidárias resultam em perda do mandato dos parlamentares eleitos pelo sistema proporcional, **salvo** justa causa (por exemplo, desvio de orientação ideológica do partido). Entretanto, a assertiva aborda justamente uma exceção à regra da perda por infidelidade partidária.



Segundo o art. 17, § 5º, da CF/88, o **parlamentar** que for **eleito via partido que não atingiu a cláusula de barreira** terá seu mandato assegurado e **lhe será facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido político que tenha atingido a cláusula de barreira.**

Art. 17, § 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

Gabarito: Letra C.

5) Sobre os Partidos Políticos, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) Os partidos políticos registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Para a garantia da lei e da ordem admite-se, excepcionalmente, a utilização dos partidos políticos de organização paramilitar.
- c) Os partidos políticos devem prestar suas contas ao Tribunal de Contas da União.
- d) Desde que tenham suas contas devidamente aprovadas, permite-se aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira.
- e) A partir das eleições de 2030, o partido político que houver eleito dez Deputados Federais e obtido 2,5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados terá direito a recursos do fundo partidário, na forma da lei.

Comentários

Letra a – correta, conforme art. 17, § 2º da CF/88:

Art. 17. (...) § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

Letra b – errada. A CF/88 veda expressamente a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar, sem apresentar situações que excepcionariam tal vedação:

Art. 17. (...) § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Letra c – errada. O dever de prestar contas, em relação aos partidos políticos, vincula-se à Justiça Eleitoral, conforme art. 17, inciso III da CF/88:



Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

Letra d – errada. Não há exceção ao preceito constitucional que veda expressamente o recebimento de recursos de entidade ou governo estrangeiros pelos partidos políticos, conforme art. 17, inciso III da CF/88:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

Letra e – errada. São duas as condições estabelecidas pela CF/88 que precisam ser alternativamente atendidas para que o partido político tenha direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, consoante art. 17, § 3º:

Condição 1: obter, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas;

Condição 2: eleger pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Atendida pelo menos uma dessas condições, o partido terá direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

É importante destacar que essas condições estão previstas no art. 17, § 3º da CF/88 e que, conforme art. 3º da Emenda Constitucional 97/2017, deverão ser aplicadas a partir das eleições de 2030.

Para as legislaturas seguintes a partir das eleições de 2018, 2022 e 2026, a EC 97/2017 estabelece percentuais mínimos de votos válidos e quantidade de Deputados Federais diferentes (menores e que aumentam progressivamente a cada eleição).



Segue quadro-resumo:

Partidos políticos: condições alternativas para fazer jus a recursos partidários e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, previstas na CF/88			EC 97/2017, art. 3º, parágrafo único			EC 97/2017 art. 3º, caput e CF/88, art. 17, § 3º
			inciso I	inciso II	inciso III	
			Legislatura seguinte às eleições de			A partir das eleições de
			2018	2022	2026	
Condição 1	Eleições para a Câmara dos Deputados	Mínimo de votos válidos distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação	1,5%	2%	2,5%	3%
		Mínimo de votos válidos em cada uma das unidades da Federação	1%	1%	1,5%	2%
Condição 2	Mínimo de Deputados Federais eleitos distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação		9	11	13	15

De qualquer modo, na situação trazida pela assertiva, o partido político não teria atendido a nenhuma das condições aplicáveis às eleições de 2030 para garantir recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, senão vejamos:

- 1) obteve 2,5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, quando deveria ter obtido pelo menos 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas;
- 2) elegeu 10 Deputados Federais, quando deveria ter elegido pelo menos 15, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Gabarito: Letra A.

...

Forte abraço!

Túlio Lages





Face: www.facebook.com/proftuliolages

Insta: www.instagram.com/proftuliolages

YouTube: youtube.com/proftuliolages



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	16

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Organização do Estado.

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1) Em relação à organização político-administrativa, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) A reintegração de território será regulada por lei ordinária.
- b) Os municípios podem ser incorporados por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- c) O desmembramento de estado está sujeito à consulta prévia à população envolvida mediante referendo.
- d) Os territórios federais são entes federativos que integram a União.
- e) A fusão de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, sendo prescindível a realização de Estudo de Viabilidade Municipal.

2) Considerando as disposições constitucionais sobre a Organização do Estado, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) Um ente federado só não poderá recusar fé quanto aos documentos públicos de sua emissão.



- b) Apenas a União podera criar distinções entre brasileiros, como se verifica na impossibilidade de brasileiro naturalizado exercer cargo de Presidência do Senado Federal.
- c) Permite-se à União, aos estados e aos municípios colaborar com as igrejas quando demonstrado o interesse público, na forma da lei.
- d) As subvenções a cultos religiosos e igrejas só é admitida no caso de religiões oficialmente adotadas pelo Estado brasileiro.
- e) Compete à União e, na inércia desta, aos Estados a declaração de guerra.

3) Dentre as seguintes hipóteses, não constitui, como regra, bem da União

- a) o mar territorial.
- b) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- c) a ilha costeira que seja sede de Município.
- d) os potenciais de energia hidráulica.
- e) os terrenos de marinha.

4) Assinale a alternativa que não contém uma competência exclusiva da União:

- a) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estados.
- b) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- c) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- d) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- e) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.



5) Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os Estados podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) Incluem-se entre os bens dos estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- c) Compete exclusivamente à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- d) Compete à União e aos Estados elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- e) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

6) Considerando as disposições constitucionais sobre o tema Organização Municipal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em cada legislatura, a Câmara Municipal fixará o subsídio dos vereadores da legislatura subsequente.
- b) É vedado que o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapasse o montante de cinco por cento da receita do município.
- c) É possível a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, contudo esta dependerá de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- d) Os vereadores gozam de imunidade formal e material dentro da circunscrição do Município.
- e) O julgamento do prefeito por crime comum será realizado perante o Tribunal de Justiça.



GABARITO

1. B	2. C	3. C	4. E	5. D
6. D				

QUESTÕES COMENTADAS

1) Em relação à organização político-administrativa, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) A reintegração de território será regulada por lei ordinária.
- b) Os municípios podem ser incorporados por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- c) O desmembramento de estado está sujeito à consulta prévia à população envolvida mediante referendo.
- d) Os territórios federais são entes federativos que integram a União.
- e) A fusão de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, sendo prescindível a realização de Estudo de Viabilidade Municipal.

Comentários

Letra A - incorreta. A assertiva contraria a literalidade do art. 18, § 2º, da CF/88. A reintegração de território será regulada por lei complementar, e não por lei ordinária.

*Art. 18, § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em **lei complementar**.*

Letra B - correta. As alterações federativas envolvendo Municípios irão se efetivar mediante lei ordinária estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal.

Art. 18, § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.



Letra C - incorreta. Não há que se falar em referendo para o desmembramento de estado. A consulta prévia à população se dará mediante plebiscito, conforme o art. 18, § 3º, da CF/88:

*Art. 18, § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante **aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito**, e do Congresso Nacional, por lei complementar.*

Letra D - incorreta. Os Territórios federais integram a União, mas possuem natureza jurídica de meras autarquias territoriais, conforme o art. 18, § 2º, da CF/88. Não são entes federativos e, por isso, não são dotados de autonomia política, o que torna incorreta a assertiva.

*Art. 18, § 2º Os **Territórios Federais integram a União**, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.*

Letra E - incorreta. A divulgação de estudos de viabilidade municipal é uma das condições para que ocorra alteração federativa envolvendo Municípios. Atenção para a palavra prescindível, que significa dispensável, tornando a assertiva falsa.

*Art. 18, § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, **após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal**, apresentados e publicados na forma da lei.*

Gabarito: Letra B.

2) Considerando as disposições constitucionais sobre a Organização do Estado, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) Um ente federado só não poderá recusar fé quanto aos documentos públicos de sua emissão.
- b) Apenas a União poderá criar distinções entre brasileiros, como se verifica na impossibilidade de brasileiro naturalizado exercer cargo de Presidência do Senado Federal.
- c) Permite-se à União, aos estados e aos municípios colaborar com as igrejas quando demonstrado o interesse público, na forma da lei.
- d) As subvenções a cultos religiosos e igrejas só é admitida no caso de religiões oficialmente adotadas pelo Estado brasileiro.
- e) Compete à União e, na inércia desta, aos Estados a declaração de guerra.

Comentários



Letra A - incorreta. A Constituição Federal veda que os entes federativos recusem-se aos documentos públicos em geral, não interessando qual o ente público emissor, o que torna a assertiva incorreta. Sendo um documento público, este terá fé pública, seja perante a União, Estados, DF ou Municípios.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

II - recusar fé aos documentos públicos;

Letra B - incorreta. Nenhum ente federado poderá criar distinções entre brasileiros. Isso deriva diretamente do art. 19, inciso III, da CF/88, transcrito abaixo.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Letra C - correta. O texto constitucional vedou à União, aos estados, ao DF e aos municípios o estabelecimento de cultos ou subvenção de religiões. Contudo, optou por possibilitar a colaboração de interesse público entre esses entes e entidades religiosas, o que, tal como afirmado pela assertiva, ocorrerá na forma da lei.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Letra D - incorreta. O texto constitucional é claro ao vedar que os entes federativos estabeleçam cultos religiosos ou igrejas como oficiais, entendimento que se compatibiliza com o fato de o Brasil ser um Estado laico.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Letra E - incorreta. Declarar a guerra é uma competência exclusiva da União (art. 21, II, da CF/88).

Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II - declarar a guerra e celebrar a paz;



Gabarito: Letra C.

3) Dentre as seguintes hipóteses, não constitui, como regra, bem da União

- a) o mar territorial.
- b) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- c) a ilha costeira que seja sede de Município.
- d) os potenciais de energia hidráulica.
- e) os terrenos de marinha.

Comentários

Os bens da União estão previstos no art. 20 da CF/88, cujos incisos pertinentes à questão estão transcritos a seguir:

Art. 20. São bens da União:

(...)

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

(...)

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

Dentre os bens da União, não estão incluídas as ilhas costeiras que sejam sede de Município, a não ser que essas ilhas sejam áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal. Logo, o gabarito corresponde à letra C.

Letra A - incorreta. O mar territorial é bem da União previsto no inciso VI do art. 20 da CF/1988.

Art. 20. São bens da União:



(...)

VI - o mar territorial;

(...)

Letra B - incorreta. Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União previstos no inciso IX do art. 20 da CF/1988.

Art. 20. São bens da União:

(...)

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

Letra C – correta. Dentre os bens da União, não estão incluídas as ilhas costeiras que sejam sede de Município, a não ser que essas ilhas sejam áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal:

Art. 20. São bens da União:

(...)

*IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, **excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;***

(...)

Letra D - incorreta. Os potenciais de energia hidráulica são bens da União previstos no inciso VIII do art. 20 da CF/1988.

Art. 20. São bens da União:

(...)

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

(...)

Letra E - incorreta. Os terrenos de marinha são bens da União previstos no inciso VI do art. 20 da CF/1988.

Art. 20. São bens da União:

(...)

*IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, **excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto***



aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;
(...)

Gabarito: Letra C

4) Assinale a alternativa que não contém uma competência exclusiva da União:

- a) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estados.
- b) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- c) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- d) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- e) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Comentários:

Letra A – correta. A assertiva está de acordo com o art. 21, inciso XII, alínea “d”, da CF:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XII — explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

(...)

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

(...)

Letra B – correta. A assertiva está de acordo com o art. 21, inciso X, da CF:

Art. 21. Compete à União:

(...)



X — manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

(...)

Letra C – correta. A assertiva está de acordo com o art. 21, inciso XVIII, da CF:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XVIII — planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

(...)

Letra D – correta. A assertiva está de acordo com o art. 21, inciso XX, da CF:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XX — instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

(...)

Letra E - incorreta. A política de educação para segurança do trânsito é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o art. 23, inciso XII, da CF/88:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

XII — estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Por fim, gostaria que você revisasse a diferença básica entre a competência para legislar sobre trânsito e a competência para segurança do trânsito, uma vez que este tema é constantemente objeto de pegadinhas:

1. Legislar sobre Trânsito → Competência privativa da União.
2. Estabelecer/Implantar política de educação para segurança do trânsito → Competência comum entre União, Estados, DF e Municípios.

Gabarito: Letra E.

5) Assinale a alternativa incorreta.



- a) Os Estados podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) Incluem-se entre os bens dos estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- c) Compete exclusivamente à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- d) Compete à União e aos Estados elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- e) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Comentários

Letra A - correta. Conforme o art. 25, § 3º, da CF/88, os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 25, § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Letra B - correta. Tais bens são relacionados no art. 26, IV, da CF/88:

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

(...)

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Letra C - correta. Trata-se de fato de uma competência exclusiva da União (art. 21, VI, da CF/88).

Art. 21. Compete à União:

(...)

VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

Letra D - incorreta. Tal competência é atribuída pela CF/88 apenas à União (competência administrativa exclusiva), conforme o art. 21, inciso IX, transcrito abaixo:

Art. 21. Compete à União:

(...)



IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

Letra E - correta. De acordo com o art. 25, § 2º, CF/88.

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(...)

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Gabarito: Letra D.

6) Considerando as disposições constitucionais sobre o tema Organização Municipal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em cada legislatura, a Câmara Municipal fixará o subsídio dos vereadores da legislatura subsequente.
- b) É vedado que o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapasse o montante de cinco por cento da receita do município.
- c) É possível a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, contudo esta dependerá de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
- d) Os vereadores gozam de imunidade formal e material dentro da circunscrição do Município.
- e) O julgamento do prefeito por crime comum será realizado perante o Tribunal de Justiça.

Comentários

Letra A - correta. Segundo o art. 29, inciso VI, da CF/88, a Câmara Municipal deverá votar em cada legislatura o valor do subsídio dos vereadores que será aplicado na legislatura subsequente.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

VI — o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:



Letra B - correta. Além dos limites estabelecidos pelo artigo 29-A, § 1º, da CF/88, o texto constitucional realmente prevê ainda que a despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita municipal.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

VII — o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município;

Vale lembrar, o limite geral de 70% do gasto da Câmara com despesas com pessoal inclui o subsídio dos vereadores na análise de seu cumprimento. Contudo, tomará como base a receita do Legislativo Municipal e não do Município como um todo. Portanto, são duas regras:

- ✓ Regra geral que limita gastos com pessoal a 70% da receita da Câmara dos Vereadores.
- ✓ Regra específica que limita gasto específico do subsídio dos vereadores a 5% da receita do Município.

Letra C - correta. O procedimento ocorrerá exatamente nos moldes da assertiva. A iniciativa popular de projetos de lei é aceita no âmbito municipal e realmente dependerá de manifestação de, no mínimo, 5% do eleitorado. Veja a literalidade:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

XIII — iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

Letra D - incorreta. Não há que se falar em imunidade formal no âmbito parlamentar municipal. Na verdade, a assertiva confunde o candidato englobando a imunidade formal na mesma condição exigida pela imunidade material: a necessidade do vereador se encontrar na circunscrição do Município.

Quanto a imunidade parlamentar, lembre-se que a Carta Magna se limitou a conceder-lhes **inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos** no exercício do mandato e **na circunscrição do Município** (art. 29, inciso VIII, CF/88), a chamada imunidade material.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:



(...)

VIII — inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

Letra E - correta. O art. 29, inciso X, da CF/88 determina que julgamento do Prefeito ocorrerá perante o Tribunal de Justiça.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

Vale acrescentar que a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos (art. 29, X) se limita aos crimes (infrações penais comuns) de competência da justiça comum estadual, cabendo ao respectivo tribunal de segundo grau a competência originária dos demais casos¹, cumprindo destacar que nas ações de natureza cível, a competência é da primeira instância (ações populares, ações civis pública e demais ações de natureza cível, além do caso de improbidade administrativa).

Gabarito: Letra D.

...

Forte abraço!

¹ STF – Súmula 702.



Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.